

## RESENHA

### ARQUIVO COM “Q” E “CH”

THE USE OF THE NEW OR THE OLD SPELLING OF THE WORD “ARQUIVO” / “ARCHIVE”: MEANINGS

Maria Célia Fernandes. *Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro: a travessia da “arca grande e boa” na história carioca*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011. 384 p.

SILVIA NINITA DE MOURA ESTEVÃO | Técnica do Arquivo Nacional.

Resultado de cerca de cinco anos de pesquisa, realizada entre 2005 e 2010, *A travessia da “arca grande e boa” na história carioca* dedica-se a recompor a história do arquivo municipal do Rio de Janeiro cobrindo um longo período: da época da fundação da cidade até a primeira década do século XXI.

Com o estímulo e apoio de Beatriz Kushnir, diretora-geral da instituição, o trabalho encomendado a Maria Célia Fernandes ensaia a junção de três planos de história: a política nacional, a história da cidade do Rio de Janeiro – que, do ponto de vista administrativo, assumiu diversas posições, como vila, cidade, município neutro, capital do Estado do Brasil, sede da Corte portuguesa, capital federal, distrito federal e novamente cidade – e o desenvolvimento institucional do seu arquivo.

De forma desafiadora e complexa, a narrativa encontra-se distribuída em seis capítulos, equivalendo a recortes temporais estabelecidos pela autora que caracterizariam fases da trajetória institucional: o arquivo da Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro (1565-1889), o Arquivo do Distrito Federal (1889-1934), o Arquivo do Distrito Federal na Era Vargas (1934-1945), o Arquivo do Distrito Federal no período democrático (1946-1960), o Arquivo Histórico do Estado da Guanabara (1960-1975), o Arquivo Municipal (1975-1979) e, enfim, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (1979-2008).

O título recupera a expressão “arca grande e boa” presente nas ordenações do Reino que orientaram as atividades do primeiro escrivão da Câmara, a quem coube registrar, em livros, cartas de doação de sesmarias e provisões, guardando-os (as cartas e as provisões), em seguida, em uma “arca grande e boa”.

A justificativa para recuar tanto no tempo é o estabelecimento de uma relação direta entre o arquivo da Câmara Municipal do período colonial e o Arquivo Geral da Cidade atual, percepção partilhada por Sandra Horta em artigo publicado na revista *Cidade Nova*, de 2007, abordando a criação da *Revista do Arquivo do Distrito Federal* em 1894. Se o acervo da Câmara Municipal se constituiu como uma decorrência natural da prática da vereança a partir do século XVI, naquele tempo desempenhando, indistintamente, funções administrativas e legislativas, o mesmo se poderia dizer da origem do acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), em especial no que tange às atividades administrativas. Ao AGCRJ seria destinado não apenas o acervo da dita Câmara, como também os documentos originários das funções desempenhadas pela Prefeitura contemporânea.

Ressalta a autora que esta lógica permeou o argumento do prefeito Bento Ribeiro (1910-1914) em mensagem ao Conselho de Intendência em 1911, ao afirmar que o Arquivo Geral era “a mais antiga repartição da municipalidade carioca em funcionamento permanente, desde o período colonial” (p. 141). O certo é que não é incomum a discussão sobre a antiguidade de uma instituição, que emerge em razão de alguma dúvida em torno das referências legais que a teriam estabelecido e pela análise da história administrativa, levando à descoberta de informações que explicitam transformações institucionais, sucessores e antecessores. Na falta de critérios legais mais objetivos, esse debate acaba por ser dominado pela interpretação e pelo modo de se entender papéis e funções, competências e finalidades.

Os capítulos do livro variam em extensão e são proporcionais ao período que abrangem e à fórmula aplicada para a reconstituição histórica nas três dimensões citadas – nacional, municipal e institucional. Na falta de fontes primárias sob a custódia do AGCRJ para essa reconstituição, a autora recorre a obras específicas, às vezes a mesma obra, para auxiliar na sua narrativa. Há uma grande preocupação em destacar eventos e movimentos políticos, assim como em indicar os principais titulares de cargos públicos. No que diz respeito ao plano nacional, não traz novidades e, em alguns momentos, a fonte de referência escolhida pela autora limita a exposição de fatos e processos. Entre a dimensão municipal e a institucional, a primeira é mais incomum e, por isso, mais interessante, pela sequência cronológica que a obra oferece. Merecia ter sido mais explorada, reduzindo o esforço de discorrer sobre a vida política nacional.

Algumas das teses que regem o capítulo 1, dedicado à história da Câmara Municipal desde a colônia até a proclamação da República, e, portanto, o mais extenso, são retomadas ao longo do livro, e podem ser sintetizadas da seguinte forma: efetivamente o arquivo da Câmara Municipal do Rio de Janeiro é a origem do Arquivo Geral da Cidade; a história da administração no Rio de Janeiro imprimiu ao acervo características especiais que o distinguem dos demais arquivos municipais; os intelectuais cooptados pelo governos passam a servir o Estado em conformidade com as elites dirigentes; a cultura do sigilo, expressão muito em voga nos tempos atuais, aplicada genericamente para indicar dificuldades de acesso a documentos, vem sendo adotada e implementada desde a primeira metade do século XIX. Teses polêmicas, sem dúvida; cada uma delas merecedora de um bom debate.

Embora o leitor possa se perder diante de tantos eventos históricos citados e narrados – desde a fundação da cidade e sua expansão, passando pelas invasões francesas, o comércio portuário, a atuação das diferentes autoridades constituídas, o inconstante processo de demarcação das terras pertencentes à municipalidade, a edificação do Senado da Câmara, a expulsão dos jesuítas etc., até o presente –, a autora permite que nos familiarizemos com séries documentais instituídas nos séculos XVI, XVII. É o caso dos livros de registro destinados às escrituras dos domínios da Câmara, autos, alvarás, editais, atos expedidos pelas diferentes autoridades, provisões eclesiásticas, posturas municipais, tomo de bens do município, privilégios, infrações às posturas municipais, atas de reuniões e correspondência.

Algumas dessas séries mais antigas foram preservadas até hoje, graças, em parte, ao trabalho de copistas que recompuseram textos consumidos pelo incêndio sofrido pelo Arquivo da Câmara em 1790.

Quanto à história institucional propriamente dita, tem-se notícia de algumas das agruras rotineiras que as instituições e serviços de arquivo sofrem, como restrição de espaço, quadro de funcionários deficitário, em número e formação adequada, interferência da instabilidade administrativa interna e externa no controle do acervo, restrições conjunturais ou estruturais à sua atuação, recursos financeiros bastante limitados e dificuldades para obter instalações físicas minimamente adequadas. Sobre esse último aspecto, informam-se os diferentes locais onde funcionou o AGCRJ ao longo do tempo, até fixar-se no atual endereço, na rua Amorofo Lima, em prédio projetado com o objetivo de abrigar as diferentes funções e atividades do Arquivo da Cidade. Pouco se fala, entretanto, sobre o conjunto final do acervo, as iniciativas de organização muitas vezes interrompidas e, com muita dificuldade, depois retomadas.

Por fim, cabe observar o intrigante uso, no capítulo 2, dedicado ao Arquivo do Distrito Federal na Primeira República, do termo arquivo com “ch”. Descuido ou não na fase de revisão do texto, o fato é que a grafia antiga foi, coincidentemente, usada para o Arquivo do Distrito Federal e uma ou duas vezes para os outros demais arquivos, como, por exemplo, o Arquivo Público Nacional.